



MINISTÉRIO PÚBLICO  
do Estado do Paraná



**TJPR**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DO PARANÁ



Escola  
Superior  
do MPPR

## **EDITAL N.º 003/2022**

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Des. José Laurindo de Souza Netto, o procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, no uso das suas atribuições, resolvem:

### **TORNAR PÚBLICO**

o chamamento para elaboração e submissão de artigos a serem publicados no livro **“Direito, Gestão e Democracia - Estudos em homenagem ao Ministro Felix Fischer.**

### **TÍTULO I – DO PROJETO**

#### **1. Justificativa**

A elaboração de uma obra coletiva de autores com atuação e conhecimento na área temática do livro poderá contribuir para a análise dos avanços, principais problemas e desafios que envolvem a aplicação do direito e a promoção da justiça. A obra será muito útil para os estudantes e operadores do direito em geral, mas em especial para marcar a instalação da Escola Judicial do Paraná.

#### **2. Título do Livro**

“Direito, Gestão e Democracia - Estudos em homenagem ao Ministro Felix Fischer.

#### **3. Objetivos**

a) Contribuir para a análise e discussão da aplicação de temas jurídicos atuais e polêmicos, com destaque para os direitos e garantias fundamentais, funcionamento e eficiência das instituições que compõem o sistema de justiça, bem como da importância do conhecimento para o aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito.

- b) Reunir em uma única obra artigos elaborados a partir de experiências acadêmicas, teóricas e práticas de autores, pesquisadores e profissionais com vivência institucional e domínio da temática proposta.
  - c) Disseminar o conhecimento, a prática e a cultura jurídica elaborados e acumulados pelos autores e suas reflexões, com ênfase na atuação do Poder Judiciário, do Ministério Público e da advocacia.
  - d) Dar continuidade às comemorações relativas a instalação da Escola Judicial do Paraná - EJUD, conforme decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para atender as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 159/2012 do Conselho Nacional da Justiça (CNJ) e pela Resolução nº 2/2016 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).
  - e) Promover a disseminação dos estudos e trabalhos do Ministro Felix Fischer ante sua exponencial contribuição acadêmica e jurisprudencial.
4. Os trabalhos a serem publicados poderão ser utilizados, total ou parcialmente, para aplicações educacionais e não comerciais, desde que indicada a fonte.
5. Os autores não serão remunerados pela publicação de seus trabalhos.

## **TÍTULO II - DA SUBMISSÃO DOS TRABALHOS**

6. Os artigos deverão manter relação de pertinência temática, geral, com o título da obra.
7. Os trabalhos poderão ser de autoria individual ou coletiva e, de preferência, inéditos no Brasil.
8. Os trabalhos deverão seguir as normas estabelecidas nos anexos do presente edital.
9. Os conceitos e opiniões contidos nos artigos serão de inteira responsabilidade dos seus autores, bem como eventual conflito de interesse, eximindo-se os membros da Comissão Editorial, bem como das instituições apoiadoras, de qualquer responsabilidade sobre o conteúdo desses trabalhos.

10. Os autores deverão assinar o termo de cessão de direitos autorais presente no Anexo 2 deste Edital, digitalizá-lo e encaminhá-lo na extensão .pdf. Quando em coautoria, cada autor deverá assinar e encaminhar termo de cessão próprio.

11. Os autores poderão promover a republicação dos trabalhos em outros periódicos, desde que haja a expressa menção de publicação anterior nesta obra.

12. O envio do texto indica que os autores expressam acordo e aceitação em relação às normas do presente edital e implica a autorização expressa para publicação e divulgação.

13. Os artigos deverão ser submetidos para o endereço eletrônico: [livroescolajudicial@tjpr.jus.br](mailto:livroescolajudicial@tjpr.jus.br) , até o dia **10 de março de 2022**.

### **TÍTULO III - DA AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS**

14. A Comissão Editorial do Livro Coletivo, responsável pela sua organização e publicação, avaliará os artigos.

15. A decisão da Comissão Editorial Organizadora do livro será comunicada, via e-mail, aos autores, indicando: a) aprovação; b) aprovação com ressalvas para adequação. Não serão devolvidos aos autores os originais enviados por e-mail submetidos à apreciação.

16. Os trabalhos aprovados que apresentem mínimas inadequações formais e técnicas serão, a critério da Comissão Editorial e para atender às regras previstas neste edital, alterados quando de sua revisão, mantendo-se o conteúdo e o sentido do texto.

17. Os critérios, as opiniões e as razões fundantes da avaliação dos trabalhos, externadas pelo Conselho Editorial, serão mantidos em rigoroso sigilo, exceto na hipótese de aprovação com ressalvas para adequação, previsto no item 16.

18. Eventuais omissões do presente edital serão resolvidas pela Comissão Editorial.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
do Estado do Paraná



Curitiba, 12 de janeiro de 2022.

**José Laurindo de Souza Netto**  
Presidente do TJPR

**Gilberto Giacoia**  
Procurador-Geral de Justiça

**Eduardo Augusto Salomão Cambi**  
Coordenador-Geral da Escola Superior do Ministério Público do Paraná



MINISTÉRIO PÚBLICO  
do Estado do Paraná



**TJPR**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DO PARANÁ



Escola  
Superior  
do MPPR

## ANEXO I

### METODOLOGIA DA COLEÇÃO

1. Os artigos deverão manter relação de pertinência temática, geral, com o título da obra.
2. Os temas dos artigos de cada capítulo serão escolhidos pelos organizadores e coordenadores gerais da obra, com o subsequente convite ao membro da Instituição ou ao especialista habilitado para a pesquisa.
3. A obra conterá:
  - Apresentação dos coordenadores
  - Prefácio
  - Índice
  - Introdução
  - Parte Geral
  - Parte Especial
4. Não serão admitidos artigos que não mantenham relação direta de adequação com o título do capítulo.

### METODOLOGIA DOS ARTIGOS

5. O trabalho deve ser encaminhado em duas vias, uma na extensão .pdf, outra na extensão .odt ou .doc, de forma editável.
6. Na primeira página, antes do início do trabalho, devem constar:
  - a) o título e o subtítulo (se houver), em português, expressando o conteúdo principal do artigo de forma objetiva e clara, em maiúscula e negrito;
  - b) nome completo do autor, titulação acadêmica, vínculo institucional, atividades exercidas, cidade, país, endereço completo para correspondência (logradouro, número, cidade, país e e-mail), telefone e endereço de e-mail;
  - c) resumo, em português, constituído de uma sequência de frases concisas e objetivas, não se configurando em mera enumeração de tópicos e, ainda, não devendo ultrapassar 150 (cento e cinquenta) palavras;
  - d) 5 (cinco) palavras-chave representativas do conteúdo do trabalho que devem estar dispostas logo após o resumo, antecedidas da expressão “palavras-chave”, separadas entre si por ponto e vírgula e finalizadas por ponto final.
7. Os artigos deverão conter:



MINISTÉRIO PÚBLICO  
do Estado do Paraná



- Título
- Nome do autor e sua qualificação titulação acadêmica e profissional com indicação de Lattes, E-mail e número da ORCID. (<https://orcid.org/register>)
- Sumário
- Resumo
- Palavras-Chave em português
- Introdução
- Tópicos dos artigos devidamente numerados e organizados de forma destacada, em negrito
- Conclusões
- Referências
- Fontes das figuras

8. Os originais devem conter no mínimo **10 (dez) páginas** e não devem exceder **25 (vinte e cinco) páginas**. Textos mais extensos do que o padrão serão publicados, a critério da Comissão Editorial, caso seu tamanho seja justificável.

9. Na formatação dos originais o tamanho do papel deve ser A4, orientação retrato. Deve ser utilizada a fonte “Times New Roman”, tamanho 12, estilo normal, exceto título, que deve ter tamanho 14 e ser negrito; espaçamento 1,5 cm e alinhamento justificado; parágrafos iniciados a 1,25cm da margem esquerda; margens, superior e esquerda, de 3cm, inferior e direita, de 2cm;

10. As citações diretas e indiretas devem observar as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), excluída a forma “autor-data”. As citações devem ser feitas em aspas, sem a utilização de itálico e, se ultrapassarem 3 (três) linhas, devem iniciar na margem do parágrafo seguinte, sem recuo, com fonte “Times New Roman” 10, espaçamento simples e terminar na margem direita. Nessa hipótese, deve-se deixar uma linha em branco antes e depois da citação.

11. O uso de “op. cit.”, “idem” e “ibidem” nas notas bibliográficas deve ser evitado, substituindo-se pelo nome da obra por extenso.

12. As referências bibliográficas devem ser apresentadas no final do trabalho, em seção específica de acordo com as normas da ABNT.

13. As notas de rodapé devem ser reduzidas ao mínimo necessário.

14. Diagramas, quadros, tabelas e figuras podem ser colocados no texto, mas devem ser numerados e suas fontes devem ser apresentadas no final do texto, após as referências. Sua posição deve ser indicada no próprio texto, constando referência a eles no corpo do artigo. Deve-se evitar a repetição de informações contidas no texto.

15. Para a diagramação, a Comissão Editorial solicitará o envio dos arquivos das imagens em formato .jpeg com resolução mínima para impressão.

16. A numeração do sumário deverá sempre ser feita em arábico.

17. Para dar destaque a determinado trecho do texto, deve-se utilizar somente o itálico, preterindo-se o negrito e o sublinhado.

18. O autor deverá fazer constar, no final do artigo, a data em que foi escrito o trabalho de sua autoria, bem como as seguintes informações:

**LATTES:**

**ORCID:**

**E-MAIL:**

**WhatsApp:**

19. Os autores poderão trabalhar com estudo de casos, sendo necessária, de qualquer forma, a indicação de casos concretos, na jurisprudência ou na prática institucional.

20. Não será admitido artigo que não tenha utilidade no plano da discussão das temáticas que envolvem os objetivos do livro.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
do Estado do Paraná



## TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Eu

-----  
 \_\_\_\_\_ (nome), portador do RG n.º \_\_\_\_\_,  
 inscrito no CPF/MF n.º \_\_\_\_\_,  
 \_\_\_\_\_ (titulação acadêmica e vínculo institucional,  
 cidade e país), residente e domiciliado à

\_\_\_\_\_  
 (logradouro, número, cidade, país), declaro, para todos os fins de direito, que o  
 trabalho

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ (título do artigo) é de minha  
 \_\_\_\_\_ (especificar autoria ou coautoria - se  
 houver coautoria indicar expressamente o nome do coautor, que também deverá  
 preencher ficha idêntica), cedendo graciosamente à publicação  
 \_\_\_\_\_, os direitos autorais pertinentes  
 ao mencionado trabalho nesta obra, em meio impresso e eletrônico, ressalvados os  
 direitos autorais morais inalienáveis.

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ (cidade), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ (dia, mês, ano)

-----  
 (assinatura)

LATTES:

ORCID:

EMAIL:

WhatsApp: